

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO 3º TRIMESTRE DE 2024

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Órgão 25203

Sede - Rio de Janeiro/RJ



Presidente

João Pedro Barroso do Nascimento

Superintendente Administrativo-Financeiro

Cintia de Miranda Moura

Contador Responsável

Maurinei Marcos dos Santos (CRC/AM nº 013.988/O-3)

Equipe de Contabilidade

Fernando Feitosa Rangel (CRC/ES nº 009.612/O-5)

Eduardo Silva de Medeiros (CRC/RJ nº 087.935/O-8)

Fabiano Mattos Gomes (CRC/RJ nº 133.126/O)

Marcelo Ricardo Estevão



Sumário

1. Apresentação	4
2. Resumo das Políticas Contábeis Significativas.....	5
3. Demonstrações Contábeis 2024.....	12
Balanço Patrimonial	13
Balanço Orçamentário.....	15
Balanço Financeiro.....	16
Demonstração de Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	18
4. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	19
Nota 01 – Créditos Tributários a Receber.....	20
Nota 02 – Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.....	20
Nota 03 – Demais Créditos e Valores.....	21
Nota 04 – Bens Móveis e Depreciação.....	22
Nota 05 – Softwares e Amortização Acumulada de Softwares.....	22



1. APRESENTAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Natureza jurídica da entidade

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. A CVM é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira e orçamentária.

Domicílio da entidade

A CVM tem sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686.

Possui também uma representação na cidade São Paulo/SP, à rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000, e também uma outra representação em Brasília/DF, situada na SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031.

Natureza das operações e principais atividades da entidade

Entre as competências atribuídas pela Lei nº 6.385/1976 destacam-se:

Desenvolvimento do mercado: Estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações; e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos I e II).

Eficiência e funcionamento do mercado: Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; e assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos III, VII e VIII).

Proteção dos investidores: Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.



Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos IV e V).

Acesso à informação adequada: Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido, regulamentando a Lei e administrando o sistema de registro de emissores, de distribuição e de agentes regulados (Lei 6.385/76, art. 4º, inciso VI, e art. 8º, incisos I e II).

Fiscalização e punição: Fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados, e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar (Lei 6.385/76, art. 8º, incisos III e V, e art. 11).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Comissão de Valores Mobiliários relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/cvm/pt-br>.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

A Administração da Autarquia declara que atua em conformidade com a legislação e com todas as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Bases de Mensuração utilizadas

O modelo de mensuração dos elementos registrados nas demonstrações da CVM é o do custo histórico.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN).



As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- VI. Notas Explicativas.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da CVM, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem a conta única e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Destaca-se que as disponibilidades de caixa são depositadas no Banco Central do Brasil conforme estabelecido no §3º do art. 164 da Constituição Federal, são movimentadas sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001).

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) multas a administrativas a receber; (iii) demais créditos e valores; e (iv) ajustes para perda. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é apurado com base no histórico de recebimento dos 03 (três) exercícios anteriores.

Estoques



Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) multas a receber; (iv) dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na CVM são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



Em virtude da falta de um sistema informatizado apto para o cálculo da depreciação dos bens móveis da CVM, e também considerando que a plena implantação/funcionamento do sistema SIADS ainda não foi completamente realizada, este item das Demonstrações encontra-se desatualizado. No exercício de 2024 essa situação se resolverá com a completa adoção do SIADS.

Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União. A CVM ainda não adota as práticas de reavaliação ou a de redução ao valor recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

K_d = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição



x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; (iv) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a probabilidade de saída de recursos no futuro é provável e uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências



recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Sistema de apuração de Custos da CVM

Para a apuração dos seus custos a CVM aderiu em 2016 ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), que é uma ferramenta tecnológica que tem a capacidade de integrar os principais sistemas estruturantes do Governo Federal - SIORG, SIAPE, SIAFI e SIGPLAN/SIOP em uma única base de dados (data warehouse), armazenando e reunindo as informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões pelo gestor.




A partir de 2018 a CVM passou a alocar seus custos no SIAFI, porém ainda sem a existência dos CENTROS DE CUSTOS (que ainda serão definidos internamente). Atualmente, os custos são todos acumulados no código genérico 0478 no momento das apropriações feitas no SIAFI.

Em virtude da entrada em vigor, em 01/01/2024, da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, e também considerando a edição do **Manual do Processo Gerenciar Custos** do Governo Federal, aprovado pela PORTARIA STN Nº 1.470, DE 29 DE JUNHO DE 2022, a CVM iniciará no próximo semestre os estudos visando à implantação do modelo de gerenciamento de custos, para integral cumprimento das normas.




3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 3º TRIMESTRE - 2024



<div></div> <div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div> <div>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</div>			
TÍTULO:		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO:		25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA	
ORGÃO SUPERIOR:		25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	
EXERCÍCIO:		2024	
PERÍODO:		TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)	
EMIÇÃO:		05/11/2024	
VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota Exp.	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		56.344.023,48	89.650.627,28
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.516.598,50	19.215.913,10
Créditos a Curto Prazo		32.618.441,05	69.643.868,95
Créditos Tributários a Receber		30.016.662,38	152.372.104,32
Créditos Tributários a Receber	01	162.360.967,68 -	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos Tributários a Receber		-132.344.305,30 -	
Demais Créditos e Valores		2.601.778,67	6.242.109,64
Demais Créditos e Valores		2.601.778,67 -	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo			-88.970.345,01
Estoques		402.054,66	361.490,19
VPDs Pagas Antecipadamente		806.929,27	429.355,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE		174.842.270,97	108.524.782,85
Ativo Realizável a Longo Prazo		130.049.773,04	64.526.254,98
Créditos a Longo Prazo		130.049.773,04	64.526.254,98
Dívida Ativa Tributária		5.709.553,00	553.552.141,79
Dívida Ativa Tributária	02	542.020.844,45 -	
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Tributária		-536.311.291,45 -	
Dívida Ativa Não Tributária		7.040.861,93	4.965.355.491,76
Dívida Ativa Não Tributária		5.128.917.499,83 -	
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária		-5.121.876.637,90 -	
Demais Créditos e Valores		117.299.358,11	432.324.213,10
Demais Créditos e Valores	03	977.494.651,29 -	
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo		-860.195.293,18 -	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo			-5.886.705.591,67
Estoques	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado		34.293.735,30	34.127.014,52
Bens Móveis		20.510.481,40	20.276.078,82
Bens Móveis	04	23.895.136,40	23.660.733,82
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-3.384.655,00	-3.384.655,00
Bens Imóveis		13.783.253,90	13.850.935,70
Bens Imóveis		14.689.367,93	14.689.367,93
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-906.114,03	-838.432,23
Intangível		10.498.762,63	9.871.513,35
Softwares		10.498.762,63	9.871.513,35
Softwares	05	11.212.024,88	10.394.072,07
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-713.262,25	-522.558,72
TOTAL DO ATIVO		231.186.294,45	198.175.410,13



 TÍTULO: SUBTÍTULO: ORGÃO SUPERIOR: EXERCÍCIO: PERÍODO: EMIÇÃO: VALORES EM UNIDADES DE REAL	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA 2024 TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado) 05/11/2024		
	PASSIVO		
	ESPECIFICAÇÃO	Nota Exp.	2024
	PASSIVO CIRCULANTE		2023
	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		28.596.496,53
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		28.786.299,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		16.567.808,92	17.631.878,02
Provisões a Curto Prazo		2.402.498,91	1.347.909,27
Demais Obrigações a Curto Prazo		140.424,72	415,38
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.613.045,56	1.613.045,56
Demais Obrigações a Longo Prazo		7.872.718,42	8.193.051,72
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		127,17	3.729,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		127,17	3.729,87
ESPECIFICAÇÃO		2024	2023
Resultados Acumulados		202.589.670,75	169.385.380,31
Resultado do Exercício		33.516.559,26	-159.121.260,02
Resultados de Exercícios Anteriores		169.385.380,31	541.524.620,42
Ajustes de Exercícios Anteriores		-312.268,82	-213.017.980,09
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		202.589.670,75	169.385.380,31

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	19.215.913,10	PASSIVO FINANCEIRO	109.701.890,57	39.660.613,53
ATIVO PERMANENTE	178.959.497,03	PASSIVO PERMANENTE	7.691.149,22	5.394.104,43
		SALDO PATRIMONIAL	113.793.254,66	153.120.692,17

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.399.058,53	4.011.314,05	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	17.547.547,06	23.119.510,53
Atos Potenciais Ativos	3.399.058,53	4.011.314,05	Atos Potenciais Passivos	17.547.547,06	23.119.510,53
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.398.780,73	4.011.036,25	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	277,80	277,80	Obrigações Contratuais	17.547.547,06	23.119.510,53
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	3.399.058,53	4.011.314,05	TOTAL	17.547.547,06	23.119.510,53

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.662.720,87
Recursos Vinculados	-83.522.571,20
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-7.534,14
Previdência Social (RPPS)	-20.820,76
Fundos, Órgãos e Programas	-83.623.750,25
Recursos Não Classificados	129.533,95
TOTAL	-87.185.292,07

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 05/11/2024

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	842.546.277,00	842.546.277,00	802.744.665,39	-39.801.611,61
Receitas Tributárias	743.779.917,00	743.779.917,00	719.632.616,77	-24.147.300,23
Taxas	743.779.917,00	743.779.917,00	719.632.616,77	-24.147.300,23
Receita Patrimonial	789.768,00	789.768,00	589.481,33	-200.286,67
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	28.993,00	28.993,00	-	-28.993,00
Valores Mobiliários	760.775,00	760.775,00	589.481,33	-171.293,67
Receitas de Serviços	-	-	1.375.192,52	1.375.192,52
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	1.375.192,52	1.375.192,52
Outras Receitas Correntes	97.976.592,00	97.976.592,00	81.147.374,77	-16.829.217,23
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	97.976.592,00	97.976.592,00	81.029.172,38	-16.947.419,62
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	135.064,02	135.064,02
Demais Receitas Correntes	-	-	-16.861,63	-16.861,63
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	842.546.277,00	842.546.277,00	802.744.665,39	-39.801.611,61
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	842.546.277,00	842.546.277,00	802.744.665,39	-39.801.611,61
TOTAL	842.546.277,00	842.546.277,00	802.744.665,39	-39.801.611,61
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-2.104.747,00	-	2.104.747,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-2.104.747,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	314.913.175,00	316.288.428,00	231.083.336,67	152.424.378,29	135.649.103,51	85.205.091,33
Pessoal e Encargos Sociais	276.701.844,00	277.997.920,00	195.784.454,00	128.750.514,25	114.260.031,10	82.213.466,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	38.211.331,00	38.290.508,00	35.298.882,67	23.673.864,04	21.389.072,41	2.991.625,33
DESPESAS DE CAPITAL	5.619.301,00	2.139.301,00	1.718.133,55	1.006.837,56	870.779,56	421.167,45
Investimentos	5.619.301,00	2.139.301,00	1.718.133,55	1.006.837,56	870.779,56	421.167,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	566.779.753,00	566.779.753,00	-	-	-	566.779.753,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	887.312.229,00	885.207.482,00	232.801.470,22	153.431.215,85	136.519.883,07	652.406.011,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	887.312.229,00	885.207.482,00	232.801.470,22	153.431.215,85	136.519.883,07	652.406.011,78
SUPERAVIT	-	-	569.943.195,17	-	-	-569.943.195,17
TOTAL	887.312.229,00	885.207.482,00	802.744.665,39	153.431.215,85	136.519.883,07	82.462.816,61

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.704.607,59	12.111.197,13	5.116.940,38	4.830.983,84	333.525,39	10.651.295,49
Pessoal e Encargos Sociais	1.665.478,42	4.673.819,85	504.823,48	457.445,58	19.584,73	5.862.267,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.039.129,17	7.437.377,28	4.612.116,90	4.373.538,26	313.940,66	4.789.027,53
DESPESAS DE CAPITAL	19.437,52	539.022,72	538.026,67	538.026,67	-	20.433,57
Investimentos	19.437,52	539.022,72	538.026,67	538.026,67	-	20.433,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.724.045,11	12.650.219,85	5.654.967,05	5.369.010,51	333.525,39	10.671.729,06



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	221.812,97	22.520.724,56	22.387.289,63	39.401,66	315.846,24
Pessoal e Encargos Sociais	164.659,37	20.919.055,16	20.823.691,15	33.831,65	226.191,73
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	57.153,60	1.601.669,40	1.563.598,48	5.570,01	89.654,51
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.318,00	9.318,00	-	-
Investimentos	-	9.318,00	9.318,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	221.812,97	22.530.042,56	22.396.607,63	39.401,66	315.846,24

MINISTÉRIO DA FAZENDA					
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL					
TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTITULO	25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA				
ORGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA				
EXERCICIO	2024				
PERIODO	TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)				
EMIÇÃO	05/11/2024				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	802.744.665,39	696.555.742,52	Despesas Orçamentárias	232.801.470,22	221.288.604,12
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.496.017,00	11.853.292,00
Vinculadas	805.952.514,44	699.928.852,76	Vinculadas	230.305.453,22	209.435.312,12
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	805.786.464,77	699.925.530,41	Recursos Vinculados a Fundos, Órgaos e Programas	230.305.453,22	209.435.312,12
Recursos Não Classificados	166.049,67	3.322,35			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.207.849,05	-3.373.110,24			
Transferências Financeiras Recebidas	174.754.865,71	165.270.900,69	Transferências Financeiras Concedidas	1.120.140.551,43	973.393.940,64
Resultantes da Execução Orçamentária	147.546.385,60	147.762.775,20	Resultantes da Execução Orçamentária	192.957,36	61.652,74
Repasso Recebido	147.546.385,60	147.762.775,20	Repasso Concedido	192.957,36	61.652,74
Independentes da Execução Orçamentária	27.208.480,11	17.508.125,49	Independentes da Execução Orçamentária	1.119.947.594,07	973.332.287,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.728.237,08	7.285.869,93	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.119.947.594,07	973.332.287,90
Demais Transferências Recebidas	3.744.709,54	3.213.102,26	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	13.735.533,49	7.009.153,30	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	406.591.066,41	354.517.364,76	Pagamentos Extraorçamentários	27.847.890,46	22.162.130,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	16.911.332,78	17.016.484,84	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	22.396.607,63	16.427.225,65
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	79.370.254,37	70.221.948,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.369.010,51	5.646.702,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.921.338,46	97.409,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	82.272,32	88.202,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários	308.388.140,80	267.181.521,86	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	30.726,21	5.842,48			
Restituições a Pagar	28.442,73	20.548,88			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5.323,15	7.110,84			
Arrecadação de Outra Unidade	308.323.648,71	267.148.019,66			
Saldo do Exercício Anterior	19.215.913,10	19.507.281,76	Saldo para o Exercício Seguinte	22.516.598,50	19.006.614,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.215.913,10	19.507.281,76	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.516.598,50	19.006.614,20
TOTAL	1.403.306.510,61	1.235.851.289,73	TOTAL	1.403.306.510,61	1.235.851.289,73

**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 05/11/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.718.809,63	2.167.292,90
INGRESSOS	1.287.778.284,15	1.129.099.732,53
Receita Tributária	719.632.616,77	623.844.021,89
Receita Patrimonial		3.127,35
Receita de Serviços	1.375.192,52	-
Remuneração das Disponibilidades	589.481,33	575.917,32
Outras Receitas Derivadas e Originárias	81.147.374,77	72.132.675,96
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	485.033.618,76	432.543.990,01
Ingressos Extraorçamentários	1.921.338,46	97.409,94
Restituições a Pagar	28.442,73	20.548,88
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5.323,15	7.110,84
Transferências Financeiras Recebidas	174.754.865,71	165.270.900,69
Arrecadação de Outra Unidade	308.323.648,71	267.148.019,66
DESEMBOLSOS	-1.283.059.474,52	-1.126.932.439,63
Pessoal e Demais Despesas	-146.443.826,62	-137.506.907,03
Administração	-146.474.552,83	-137.512.749,51
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	30.726,21	5.842,48
Transferências Concedidas	-16.392.824,15	-15.943.388,97
Intragovernamentais	-15.949.632,84	-15.550.349,36
Outras Transferências Concedidas	-443.191,31	-393.039,61
Outros Desembolsos Operacionais	-1.120.222.823,75	-973.482.143,63
Dispêndios Extraorçamentários	-82.272,32	-88.202,99
Transferências Financeiras Concedidas	-1.120.140.551,43	-973.393.940,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.418.124,23	-2.667.960,46
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-1.418.124,23	-2.667.960,46
Aquisição de Ativo Não Circulante	-243.720,58	-1.293.729,63
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.174.403,65	-1.374.230,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.300.685,40	-500.667,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	19.215.913,10	19.507.281,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.516.598,50	19.006.614,20

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 05/11/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.223.421.892,53	2.381.507.611,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.036.837.672,98	915.520.381,79
Taxas	1.036.837.672,98	915.520.381,79
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.375.192,52	3.127,35
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.375.192,52	3.127,35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	829.858,85	1.082.184,74
Juros e Encargos de Mora	239.003,04	507.345,49
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	590.855,81	574.839,25
Transferências e Delegações Recebidas	174.754.865,71	165.270.900,69
Transferências Intragovernamentais	174.754.865,71	165.270.900,69
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	105.426,10	416.933,36
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.000,00	416.933,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos	28.426,10	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.009.518.876,37	1.299.214.083,94
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-16.861,63	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	88.705.247,97	83.269.296,80
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	920.830.490,03	1.215.944.787,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.189.905.333,27	3.210.832.178,32
Pessoal e Encargos	137.407.406,99	139.389.381,75
Remuneração a Pessoal	102.542.009,28	100.321.775,07
Encargos Patronais	18.340.792,58	17.795.072,74
Benefícios a Pessoal	3.594.847,41	2.519.155,13
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.929.757,72	18.753.378,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	512.872,10	477.127,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	512.872,10	477.127,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.007.858,02	17.997.494,90
Uso de Material de Consumo	69.297,02	7.214,25
Serviços	20.680.175,67	17.719.334,70
Depreciação, Amortização e Exaustão	258.385,33	270.945,95
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.764,43	16.279,35
Juros e Encargos de Mora	4.764,43	16.279,02
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,33
Transferências e Delegações Concedidas	1.120.608.107,74	973.814.327,62
Transferências Intragovernamentais	1.120.140.551,43	973.393.940,64
Transferências ao Exterior	467.556,31	420.386,98
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	771.122.964,26	2.066.544.694,04
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	763.756.839,12	1.281.471.488,98
Desincorporação de Ativos	7.366.125,14	785.073.205,06
Tributárias	1.726.268,03	384.595,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.702.444,95	369.331,89
Contribuições	23.823,08	15.264,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	137.515.091,70	12.208.276,87
Constituição de Provisões	-	76.418,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	137.515.091,70	12.131.858,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	33.516.559,26	-829.324.566,45



4. NOTAS EXPLICATIVAS

**INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:****BALANÇO PATRIMONIAL:****Nota Explicativa nº 01:
Créditos Tributários a Receber**

Créditos Tributários a Receber	30/09/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Créditos Tributários Não Previdenciários	162.360.968	152.372.104	7%	100%
Subtotal	162.360.968	152.372.104	7%	100%
(-) Ajustes para Perdas	- 132.344.305	- 88.970.345	49%	81%
Total	30.016.662	63.401.759	-53%	19%

Circulante	30.016.662	63.401.759
Não Circulante		

A conta evidencia os valores a receber relativos à TAXA de FISCALIZAÇÃO devida à CVM pelo exercício regular do seu poder de polícia, exigível para aqueles que se mantêm cadastrados e daqueles novos cadastros por ocasião do seu registro inicial (fatos geradores ocorridos na data do cadastro). Os valores devidos são apurados mensalmente (regime de competência) pelos sistemas da Gerência de Arrecadação e Cobrança (GEARC) e compõem-se dos saldos a receber após o abatimento da arrecadação efetiva (que ocorre diariamente) e dos cancelamentos administrativos.

Importa registrar que a periodicidade para o fato gerador do crédito tributário decorrente da Taxa de Fiscalização CVM passou a ser anual (anteriormente trimestral), em função da alteração do art. 4º, III, da Lei nº 7.940/89 pela Medida Provisória nº 1.072, de 01.10.2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.317, de 29.03.2022, tendo seus efeitos iniciados a partir do exercício financeiro de 2022.

O Ajuste Para Perdas Prováveis foi constituído com base no percentual de não recebimento das taxas devidas, observado nos 03 (três) últimos exercícios (2021, 2022 e 2023), que corresponde a 6,6% do total do crédito previsto para todo o exercício de 2024.

**Nota Explicativa nº 02:
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária**

Dív. Ativa Trib. E Não Trib.	30/09/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Dívida Ativa Não Tributária	5.128.917.500	4.965.355.492	3%	90%
Créditos Não Previdenciários Inscritos	542.020.844	553.552.142	-2%	10%
Subtotal	5.670.938.344	5.518.907.634	3%	100%
(-) Ajustes para Perdas	- 5.658.187.929	- 5.506.260.284	3%	-100%
Total	12.750.415	12.647.349	1%	0%

Circulante		
Não Circulante	12.750.415	12.647.349



- A) Dívida Ativa Não Tributária:** A conta reflete os créditos oriundos das Multas aplicadas pela CVM que não foram recebidas na fase administrativa e acabaram sendo inscritas em Dívida Ativa para a cobrança judicial. Sua variação positiva (R\$ 163.562.007) se deu pelo saldo entre os eventos de inscrição de novos créditos e os eventos de extinção dos créditos (pagamento, cancelamento de créditos inscritos, prescrição).
- B) Créditos Não Previdenciários Inscritos** A conta reflete os créditos oriundos da Taxa da CVM que não foram recebidos na fase administrativa e acabaram sendo inscritos em Dívida Ativa para a cobrança judicial. Sua variação negativa (-R\$ 11.531.298) se deu pelo saldo entre os eventos de inscrição de novos créditos e os eventos de extinção dos créditos (pagamento, cancelamento de créditos inscritos, prescrição).
- C) Ajuste para Perdas Prováveis:** A conta consolida os ajustes para perdas da Dívida Ativa Tributária e da Não Tributária, calculada com base no histórico de não recebimentos dos últimos 03 (três) exercícios (2021, 2022 e 2023), que corresponde a 99,77%.

Nota Explicativa nº 03: Demais Créditos e Valores

Créditos Decorrentes de Infrações – CVM

A conta reflete o montante de valores a receber decorrentes da aplicação das multas administrativas que competem à CVM aplicar no uso do poder-dever legal de fiscalizar e regular o mercado de valores mobiliários.

Demais Créditos e Valores	30/09/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Créditos Decorrentes de Infrações	977.494.651	435.816.101	124%	100%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	1.266.950	2.538.801	-50%	0%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	474.630	178.207	166%	0%
Suprimento de Fundos	47.706	17.796	168%	0%
Remuneração da Conta Única a Receber	16.791	15.417	9%	0%
Subtotal	979.300.728	438.566.322	123%	100%
(-) Ajustes para Perdas	- 860.195.293	- 380.445.308	126%	-88%
Total	119.105.435	58.121.014	105%	12%

O montante observado no fechamento do trimestre corresponde às multas que estão sendo objeto de cobrança em fase administrativa, ou seja, ainda não foram inscritas em Dívida Ativa. Tais multas correspondem às que foram aplicadas nos anos de 2019 a 2024, e que não foram canceladas, prescritas ou pagas até a data de 30/09/2024. A variação positiva dessa conta se deu principalmente pela constituição de novas multas nesse período, dentro dos requisitos legais aplicáveis.

Importante registrar que a rotina de registro por competência dos créditos de multas a receber foi descontinuada em agosto/2023 para acerto da composição dos relatórios fornecidos pelos respectivos sistemas geradores. A CVM está trabalhando para regularizar o conjunto de contas contábeis desse assunto até o final do exercício de



2024. Enquanto isso, os registros estão sendo feitos trimestralmente, com base nos relatórios de estoques de multas a receber fornecidos pela GSI/STI e revisados pela GEARC.

Nota Explicativa nº 4: Bens Móveis e Depreciação

A CVM passou a realizar o registro da depreciação a partir do exercício de 2011. No exercício de 2015, os dispositivos da NBC T 16.9 relativos à depreciação foram atendidos parcialmente, observando-se que o método de depreciação é compatível com a vida útil econômica dos ativos e aplicado uniformemente, de acordo com a Macro Função SIAFI 03.03.30.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pela Autarquia foi o de quotas constantes até 31/12/2013.

Devido a restrições para prorrogação do contrato envolvendo o Sistema ASI, fornecido pela empresa Link Data, que é o atual sistema de controle patrimonial utilizado pela CVM, o seu serviço de manutenção está suspenso. Cabe ressaltar que a CVM iniciou a migração desses registros em 2021 para o sistema SIADS, fornecido pelo SERPRO, que passou a ser de uso obrigatório pela Administração Pública Federal.

Para resolver essa pendência da geração de informações relativas aos bens móveis, inclusive a depreciação, em 2021 a CVM deu início ao processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, em atendimento à Portaria nº 232/2020 – Ministério da Economia, que tornou obrigatório o SIADS no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Bens Móveis	R\$ 23.895.136,40	R\$ 23.660.733,82
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	R\$ -3.384.655,00	R\$ -3.384.655,00

Nota Explicativa nº 5: Softwares e Amortização Acumulada de Softwares

Os intangíveis da CVM são os softwares adquiridos prontos ou fabricados por empresas terceirizadas que são contratadas para essa finalidade. Há também os softwares fabricados por meio do uso da própria força de trabalho dos servidores da CVM.



Registre-se que os desembolsos feitos com a Manutenção Evolutiva de softwares são objetos de ativação na conta contábil do respectivo intangível. Já as manutenções corretivas e adaptativas são registradas como despesas da competência em que ocorrem, não impactando a conta do ativo intangível que recebeu os serviços.

Composição dos Intangíveis em uso:

	30.09.2024	31.12.2023
	(R\$)	(R\$)
Intangível Vida Útil Definida	981.012,25	981.012,25
Intangível Vida Útil Indefinida	10.126.941,34	8.990.379,79
Intangível - Em Desenvolvimento	104.071,29	422.680,03
	11.212.024,88	10.394.072,07

Intangível Líquido:

	30.09.2024	31.12.2023
	(R\$)	(R\$)
Intangível	11.280.066,62	10.394.072,27
(-) Amortização Acumulada	-713.262,25	-522.558,72
Intangível Líquido	10.498.762,63	9.871.513,55

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente

Maurinei Marcos dos Santos
Contador Responsável - CRC/AM 013988-O3
Portaria da Presidência nº 52/2021

